

O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente*

*Isabel Georges***

Introdução

A categoria do “cuidado” – entendida como resultado de conflitos, fruto de um processo de negociação (KERGOAT, 2016) – ainda não está consolidada, não está estabilizada, mas, justamente, trata-se de uma categoria emergente. É muito heterogênea, multifacetada e tem significados múltiplos, que varia conforme os diversos atores envolvidos nesse processo e, como demonstra a existência de uma literatura muito diversificada, discute-se continuamente os seus significados (BESSIN, 2016; DEBERT & PULHEZ, nesse volume; GAVIRIA & MOLINIER, 2011; GILLIGAN, 1982; HOCHSCHILD, 2003; MOLINIER, 2013; MOLINIER, PAPERMAUN, LAUGIER, 2009; TRONTO, 1993, entre outros).

O “cuidado” também é uma categoria que circula entre universos distintos, tanto como categoria analítica do mundo acadêmico, como no mundo do(a)s trabalhadore(a)s “do social”. Mas ele também circula no mundo político, constituindo-se como argumento eleitoral, por exemplo. E “cuidado” é “moral do Estado”, no sentido de que se pode alegar que as recentes políticas sociais mais “voluntaristas” de um conjunto de Estados latino-americanos – que manifestam uma preocupação com a função do cuidado –, podem ser interpretadas como um dos pilares centrais

* Revisão: Mariana Marques Pulhez, Guita Grin Debert e Cristina Marques.

** Socióloga, CR1, IRD – Institut de recherche pour le développement, UMR 201 DEVSOC (Paris I-IEDES-IRD)/ UFSCar-DS/USP-FFLCH-Cenedic.

do “governo moral dos pobres” (LAUTIER, 2009). Em outra escala de análise, o “cuidado” também está revestido de significados atribuídos pelas próprias mulheres – pobres – que realizam um trabalho do cuidado – ou que o recebem –, trabalho reconhecido como tal ou não (DESTREMAU & GEORGES, 2017, no prelo). As formas de apropriação desse conceito são igualmente variáveis conforme os contextos situacionais, locais, regionais e históricos, ou seja, variam no tempo e no espaço. Apesar desta inconsistência da categoria do “cuidado” – como trabalho ou não –, observa-se uma certa resiliência desta noção, tanto nos Estados Unidos, como na França e no restante da Europa e, mais recentemente, no Brasil, assim como, de forma mais generalizada, na América latina (e além), com suas diferentes temporalidades. Como explicar esta resiliência, apesar de um conjunto muito heterogêneo e, não raro conflitante, de significados? O que faz com que esta categoria pareça “pertinente” apesar desta panóplia de sentidos e de atores? O que faz com que ela faça sentido para estes atores diferentes entre si, a ponto de descartar outras alternativas?

Inspirando-nos na abordagem da ideia de “quase-conceito”, ou “categoria-ônibus”, cunhada originalmente por Antônio Machado da Silva (2002) em sua análise da resiliência da categoria “informalidade” – cuja sobrevivência ele explica justamente por esta capacidade de recobrar um conjunto de significados contraditórios –, ao nosso ver, o “cuidado” é igualmente uma categoria de mediação (GEORGES, 2016). Nesse sentido, mesmo que os significados atribuídos à categoria do “cuidado” pelos diferentes atore(a)s sejam conflitantes, bem ou mal, ele(a)s todo(a)s inserem-se no mesmo campo de atuação em tensão.

Nesse campo conflitivo de estudos, tentaremos abordar apenas algumas das diversas dimensões entrelaçadas que o definem e o delimitam. Não se tratará de buscar alguma “essência” natural (e universal) do conteúdo da categoria, mas, ao contrário, de delimitar as suas condições de emergência, de deslocar o olhar, distanciando-nos. A primeira dimensão, que de certa forma proporcionou/impulsionou o deslocamento do ponto de vista analítico provocado pela integração da categoria do cuidado na Sociologia – e em particular na Sociologia do trabalho –, é localizada nas transformações do mundo do trabalho globalizado, que deslocaram as fronteiras entre o trabalho e o não-trabalho. Ou, melhor dizendo,

provocaram o total embaralhamento destas fronteiras e a consequente reconfiguração do conceito do “trabalho”. A segunda dimensão tem a ver – em particular no contexto brasileiro – com as transformações da atividade feminina, tanto na sua extensão como na sua qualidade e nas características da mão-de-obra. Esta dimensão também está relacionada com o aumento do nível de educação, bem como com a reconfiguração das famílias. A terceira dimensão, por sua vez, está relacionada ao próprio campo acadêmico e à pertinência do “cuidado” como categoria analítica, ou seja, tratar-se ia de entender de que forma a mobilização da categoria do “cuidado” contribui – ou contribuiu – para a Sociologia do trabalho, de forma mais geral.

Essa reflexão heurística sobre o uso da categoria do “cuidado” se propõe a mostrar a sua emergência no cruzamento da Sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, ou seja, comparar esta categoria com outras que a antecederam, tentando explicitar as suas respectivas especificidades e visando mostrar as relações com as transformações mais gerais e suas temporalidades, apontadas anteriormente. Ou seja, o intuito é revelar as inter-relações entre as transformações do contexto e das normas e das práticas concretas de trabalho – de homens e de mulheres –, as reconfigurações familiares e o olhar analítico.

O “trabalho” no contexto da globalização

Em termos muito genéricos, desde o fim dos anos 1970, o trabalho assalariado perdeu, em escala global, sua centralidade – no que diz respeito à sua representatividade e a seu estatuto de horizonte de possibilidades – para um contingente cada vez maior de trabalhadore(a)s. O acesso ao trabalho como aposta principal na busca por um conjunto de direitos e de proteção social saiu do seu lugar de destaque não somente nas sociedades onde o trabalho formal, com registro em carteira, nunca se generalizou – como por exemplo, no Brasil (GUIMARÃES, 2012; LIMA, 2002, entre outros; LIMA & ARAÚJO, 2015) –, mas também nas sociedades chamadas “de capitalismo avançado”.

No que concerne às discussões acerca das formas de organização de empresas, chamadas de “sociedade pós-moderna” – se referindo ao “pós-taylorismo”, “pós-fordismo”, ou ainda, à “reorganização produtiva” –, a literatura especializada pode ser dividida, conforme Linhart (1994) entre os que acharam que a produção em massa era uma das opções de produção industrial possível no passado – e que não deu certo –, propondo um modelo que toma como referência algumas regiões da França e da Itália, onde a produção seria organizada em torno do distrito (PIORE & SABEL, 1989, por exemplo); e entre aqueles autores que, influenciados pelo MIT, tomam como referência a produção industrial automobilística japonesa (Toyota, em particular) – assim como alemã –, e que preconizariam uma produção altamente cooperativa, com um mínimo de trabalhadores e quase sem estoque de produção, proclamando o “fim da divisão do trabalho” (KERN & SCHUMANN, 1989).

Se o conjunto dessas transformações da organização do trabalho implica a sua rarefação – chamada por alguns de “fim do trabalho” (RIFKIN, 1997) –, outros sustentam a ideia do que o trabalho nunca foi tão importante e estruturante para a sociedade do que no momento atual (LALLEMENT, 2007). Rifkin (1995) e Lallement (2007) sustentam a tese da importância do trabalho, ou do seu “retorno” por seu caráter institucional, para “fazer sociedade”. Nesse sentido, é justamente por conta da “flexibilização” ou da “precarização do trabalho” (APPAY, 2005; APPAY & THÉBAUD-MONY, 1997; DRUCK, 2011), assim como por causa da desconstrução do que se conheceu como a “sociedade salarial” (CASTEL, 1995), que o trabalho se tornaria novamente um “divisor de águas”, isto é, central nos processos de hierarquização social. Esse fenômeno multifacetado de “desregulação”, em escala global, teve como seu epicentro, pelo menos no nível das representações – e menos no nível das práticas de desregulação de cunho hegemônico –, os países “de capitalismo avançado”, “centrais”, ou ainda “do Norte”, por conta da grande diferença relativa com a situação anterior (como na França, onde o Estado de bem-estar alcançou uma extensão notável durante os assim chamados “trinta gloriosos”¹).

¹ Mesmo se as políticas neoliberais e as privatizações se iniciaram na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, no fim dos anos 1980, é na França que a distância relativa

Mais recentemente, esta discussão sobre a conceituação do trabalho integra também o fenômeno de sua intensificação e a sua relação com a saúde dos trabalhadores (DÉJOURS, 2014), podendo levar até a sua recusa por parte do(a)s trabalhadore(a)s, assim como à emergência de “outras” formas de trabalho – inclusive o trabalho extremamente qualificado, como o dos “Hackers”, por exemplo (LALLEMENT, 2015; LEVY, 1984). Discute-se, também, de forma geral, a crescente desconexão entre a qualificação (formal) dos trabalhadores e os seus rendimentos, assim como outras formas de reconhecimento.

Mesmo se o debate internacional sobre as diversas vias dessas transformações do trabalho e de suas interpretações não sejam o objeto deste artigo, importa mencionar que este fenômeno se traduziu por novas formas de hierarquização e de polarização da mão-de-obra e implicou uma intensificação dos movimentos migratórios. Trata-se da assim chamada globalização “por cima”, dos trabalhadores qualificados, em parte relacionada à financeirização da economia (CHESNAIS, 1994; HARVEY, 2003; GRÜN, 2005), mas também “por baixo” (TARRIUS, 2002), com o aumento dos fluxos migratórios de trabalhadores e trabalhadoras pouco qualificados, o que está pelo menos em parte relacionado ao trabalho do “cuidado” e/ou sexual da economia global (EHRENREICH & HOCHSCHILD, 2003; TARRIUS, 2014). Essa crescente mobilidade do(a)s trabalhadore(a)s – tanto geográfica como social - implicou no questionamento de dualismos e hierarquias anteriores, como a oposição entre países “de capitalismo avançado/centrais” e “periféricos”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, do “Norte” e do “Sul”, mas também entre o trabalho “formal” e “informal” e as suas articulações com o ilícito, objeto de uma ampla literatura.

De fato, nessa área dos estudos do trabalho, num sentido amplo, observou-se um encontro relativo tanto em termos de transformações

entre o nível de bem-estar e o universalismo dos direitos – que se tornou norma nesse país –, e o seu desmonte desde os anos 1990 são particularmente salientes. Os estudos da situação na França, tanto da extensão do Estado de bem-estar social e da “sociedade salarial” hegemônica durante os “Trinta gloriosos”, como da “desfiliação social” (CASTEL, 1994) e da precarização do trabalho se tornaram paradigmáticos na área dos estudos do trabalho.

“objetivas” do trabalho nesse mundo globalizado, como nas suas formas de análise entre essas tradições diferentes. Se, em nossa análise, citamos de forma predominante até agora autores franceses, alemães e americanos, além de brasileiros, no que tange à análise do contexto brasileiro assim como da comparação com a França, a respeito do conceito de precariedade/precarização (DRUCK, 2011), convém colocar em perspectiva o campo de estudos do trabalho na América latina como sendo uma entre diversas abordagens “do Sul” possíveis (ROY, 2009). Esse campo é mais pertinente para o nosso propósito por conta das relações que iremos estabelecer com as transformações da atividade feminina e as reconfigurações familiares.

Nesse sentido, na América latina, e mais particularmente no Brasil, se as análises do mercado de trabalho refletem as suas hierarquizações internas, também contribuíram para a criação destas clivagens. No contexto brasileiro, a regulação do trabalho pelas leis trabalhistas (CLT) dos anos 1940, da época Vargasista (CARVALHO, 2006), criou o que fora conhecida como a “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), ou seja, uma relação indissociável entre o acesso ao trabalho com registro em carteira – mesmo que apenas para uma minoria de trabalhadores, em alguns setores específicos da economia, como, por exemplo, o setor petrolífero – e o acesso a um conjunto de direitos de cidadania, tendo como fundamento a figura do homem trabalhador industrial e provedor principal da família, como nos países ditos “centrais”. Essa dicotomia inicial fez com que as formas de análise da “informalidade” – a situação da maioria dos trabalhadores – fossem centrais para uma periodização das análises do mercado de trabalho brasileiro (GEORGES, 2015)².

Podemos diferenciar, *grosso modo*, quatro grandes momentos e/ou rupturas importantes nestas análises: 1) uma primeira abordagem, que inclui globalmente análises dos anos 1960 até 1980, que abordam o mercado de trabalho em termos de “oferta” ilimitada de trabalho, de “massa marginal” (NUN, 1969) ou de “marginalidade social” (QUIJANO, 1966). Trata-se de fenômeno particularmente visível nos grandes centros

² Nota-se que esta periodização considera predominantemente as formas de trabalho dos homens, ou seja, de forma implícita, são as situações do trabalho dos “homens provedores” que informaram essas diferentes abordagens da análise do mercado de trabalho.

urbanos, entendidos como estudos do subdesenvolvimento (em oposição ao desenvolvimento), numa visão dicotômica, difundida pela CEPAL (Comissão econômica para a América latina e o Caribe), e linear, no sentido de que a passagem pela urbanização caótica seria uma etapa do desenvolvimento. 2) Esta visão sofreu uma ruptura importante com a publicação, em 1972 (2003), de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, que defendeu a ideia da funcionalidade da reprodução das desigualdades regionais e, em particular, das formas de produção agrárias, consideradas “arcaicas”, não-tipicamente capitalistas, como sendo uma das particularidades do “capitalismo à brasileira” e abandonando, com isso, a perspectiva evolucionista. 3) Durante os anos 1980 e, em particular, nos anos 1990, com a generalização de políticas neoliberais, sob égide do FMI, a reorganização produtiva provocou na América latina não só importantes transformações do trabalho e de sua organização, mas em particular afetou as articulações entre diferentes formas de trabalho.

Assim, surgiram reflexões interessantes acerca da questão da “velha” e da “nova” informalidade (ARAÚJO, 2012; PÉREZ-SAINZ, 1995), visando mostrar como, no contexto da globalização, o trabalho terceirizado, informal, realizado fora das empresas, em empreendimentos menores, empresas subcontratadas e/ou implementadas em regiões com menor custo de mão-de-obra, etc. transformou-se num elemento central na estratégia de competitividade das empresas multinacionais, sugerindo uma mudança de estatuto destas formas de trabalho. 4) O período mais recente, a partir do início dos anos 2000, se caracterizaria, então, por novas formas de sociabilidade, engendradas pela passagem “da informalidade à empregabilidade” (MACHADO DA SILVA, 2002) e pela reorganização das formas de dominação no mundo do trabalho. Contudo, o “empreendedorismo de si” (DONZELOT, 1984 (1ª ed., 1994) se torna condição transversal que ocupa o lugar deixado vazio pela perda do horizonte da inserção e da perspectiva de vida pelo trabalho assalariado, tanto para os homens, predominantemente, como para as mulheres. Todavia, não é por isso que a figura tradicional do “homem provedor” desapareceu do tabuleiro; pelo contrário, ele se reafirmou da mesma forma que o papel tradicional “do cuidado” das mulheres tanto no âmbito da família, como na

esfera profissional, foi reafirmado pelas políticas sociais latino-americanas recentes (GEORGES, 2014). De forma resumida, pode-se dizer que estas políticas instrumentalizaram o trabalho das mulheres do “cuidado” ao reconhecê-lo; aproveitando-se dos mecanismos de dominação e de “*mise au travail*” de mulheres sobre mulheres, ativando o jogo de criação de microdiferenciações entre mulheres pobres (GEORGES & SANTOS, 2016).

É nesse sentido que podemos concluir que as políticas neoliberais de precarização do trabalho visando, principalmente, os homens, e as “novas” políticas sociais latino-americanas e brasileiras do “cuidado” – que redesignam as mulheres ao seu papel tradicional (GEORGES & SANTOS, 2016) –, constituem as duas faces da mesma moeda, reiterando uma certa divisão social e sexual de trabalho, assim como de funções sociais (CABANES & GEORGES, 2014).

As transformações da atividade feminina e as reconfigurações familiares

Esse contexto geral de precarização do mundo do trabalho globalizado e da mudança dos seus paradigmas coincidiu, na América latina – e no Brasil mais especificamente –, com um conjunto de transformações da atividade feminina, de seus níveis de qualificação, assim como com reconfigurações dos padrões familiares. De certa forma, essas transformações são uma das facetas dessa mudança geral do mundo de trabalho, no que tange às mulheres. Nesse sentido, a própria ação pública e o Estado contribuíram para redesignar as mulheres ao seu papel do “cuidado”, seja através do seu trabalho educativo e a criação dos filhos no âmbito da esfera privada (através das condicionalidades de programas sociais, como o *Bolsa família*, por exemplo) (GEORGES; GEORGES & SANTOS, 2016); através de políticas de formalização do trabalho das mulheres no âmbito de diversas políticas sociais, como na saúde e na assistência (BORGEAUD-GARCÍANDIA; GEORGES, 2016); como também pela formalização das trabalhadoras domésticas (GEORGES, 2015; SANTOS, 2014). Ou seja, contribuíram tanto para a sua manutenção fora do mercado de trabalho como para sua integração,

mas em postos de trabalho considerados pouco qualificados. As formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho recentes se caracterizam pelas formas de segregação profissional sexual entre as diversas áreas de atuação (LOMBARDI & GONZALEZ, 2016), bem como pelas relações sociais entre mulheres. Nesse sentido, mesmo se a inserção das mulheres no mercado de trabalho aumentou de forma geral, e mesmo se elas entraram inclusive em algumas áreas tradicionalmente masculinas, observa-se uma bipolaridade desta inserção (BRUSCHINI et al., 2008; LOMBARDI, 2012); isto é, por um lado, o seu acesso às profissões superiores e técnicas, como de engenheiro, advocacia, etc., e pelo outro, a sua inserção maciça nas ocupações pouco qualificadas, com condições de trabalho precárias como, em particular, no emprego doméstico (GEORGES, 2011). Na ausência de alguma mudança da divisão sexual do trabalho, esta entrada das mulheres nas profissões superiores é tributária do trabalho “de reprodução” realizado por outras mulheres.

Uma das dimensões que contribuiu para este aumento da atividade feminina é o aumento do nível de qualificação das mulheres³ e, em particular, do nível de acesso aos estudos superiores, privados ou públicos (LOMBARDI, 2012). Conforme estudos recentes, foi, em particular, o acesso da população feminina negra ao ensino superior que aumentou drasticamente no período (entre os censos de 2000 e 2010)⁴. Essa relação entre nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho fica patente, considerando-se a evolução das taxas de atividade das mulheres⁵.

De uma forma geral, o balanço desse período é ambíguo. Por um lado, no âmbito da dualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres tiveram uma maior exposição ao trabalho informal (ARAÚJO, 2012). Essa observação se mantém, apesar da crescente

³ Em 2006, no ensino médio, as matrículas femininas somam 54,1%; e no ensino superior, as mulheres que se formaram é próximo dos 60% desde os anos 1990 (LOMBARDI, op. cit., p. 115).

⁴ Ricoldi, Arlene Martinez, “Novos lugares da desigualdade? Caracterização do ensino superior sob a interface gênero e raça/cor na atualidade”, relatório final de pesquisa CNPq, 2014, pp. 43-44.

⁵ Em 2007, a taxa de atividade feminina era de 52,4%, e entre as mulheres com 11 até 14 anos de estudos, a taxa subiu para 72,2%, assim como para 82,1% no caso das mulheres com 15 anos ou mais de estudos (LOMBARDI, op. cit., p. 116).

formalização do mercado de trabalho e dos rendimentos dos trabalhadores, sobretudo através do aumento contínuo do salário mínimo – sobre o qual eram indexados repasses como o BPC (Benefício de Prestação Continuada da)⁶ – durante os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Podemos concluir, conforme Lena Lavinias (2016),

[...] se a década recente foi ímpar, quando comparada com as duas anteriores, para melhorar a distribuição de renda no Brasil, reduzir a proporção de pobres e ampliar a formalização do emprego, em meio à retomada do crescimento em ritmo mais vigoroso e sustentado, o mesmo não se pode dizer da dinâmica dos diferenciais de gênero, que se mantiveram praticamente inalterados (LAVINAS et al., 2016, p. 107).

Já no que diz respeito às desigualdades de gênero apontadas por Araújo, ou seja, o menor acesso das mulheres aos empregos formais, elas parecem ter tido continuidade durante estes últimos anos com uma maioria de empregos de até dois salários mínimos, o aumento do *turnover* (rotatividade dos trabalhadores) e baixa produtividade tanto na indústria como no setor dos serviços (LAVINAS, op. cit.). Araújo ainda chama a atenção para o fato de que a discriminação de gênero no acesso ao trabalho formal ainda é maior do que a discriminação racial (ARAÚJO, op. cit., p. 159, apud LEONE, 2010).

Ao mesmo tempo, o tamanho das famílias se reduziu de forma drástica, desde os anos 1980, com a redução do número de filhos por mulher. A proporção de famílias monoparentais, em grande parte chefiadas por mulheres, aumentou de forma significativa. Também, ao mesmo tempo em que as separações são mais frequentes, os novos casamentos, ou novas formas de vida conjugal, aumentaram. Um outro elemento importante para as configurações familiares é o envelhecimento da população (KÜCHEMANN, 2010)⁷, acompanhado do surgimento do que certos

⁶ Mas não o valor do Bolsa Família, que não adquiriu o status de direito social (AMÉLIA C., “Um assassinato cruel”, *Le Monde diplomatique*, Brasil, Ano 10, n. 115, fev. 2017, pp. 7-8).

⁷ Conforme a autora, em 2010 “temos mais de 21 milhões de idosos/as e a projeção

autores chamaram de “crise do cuidado” (GLENN, 2010; HOCHSCHILD, 2012): a rarefação das mulheres disponíveis, de todas as classes sociais, na esfera doméstica, para realizar o trabalho do cuidado, e a quase ausência de políticas públicas para as famílias para lidar com situações de dependência. Isto levou à intensificação das tensões e dos conflitos em torno da realização das tarefas de acompanhamento de familiares dependentes – primeiramente nos assim chamados países “centrais”, do Norte, predominantemente nos Estados Unidos, mas também em vários países na Europa –, e o aumento dos movimentos migratórios de mulheres para suprir esta demanda, como, por exemplo, as “*Badanti*” na Itália (HOCHSCHILD, 2012, op. cit.; DEBERT, 2016a, b).

De fato, iniciando-se nos anos 1970 e, de forma mais intensificada, desde os anos 1990, a sociedade brasileira – e, em particular, o lugar das mulheres nela – vivenciou uma “revolução silenciosa”: a transição demográfica, com a diminuição do número de filhos por mulher, que passou, entre 1970 e 2008, de 5,8 filhos para 1,89, respectivamente; o envelhecimento da população, que chega a representar 11,1% em 2008; o aumento do nível de educação das mulheres, dos divórcios e separações; e a sua entrada maciça no mercado de trabalho provocaram uma transformação das configurações familiares (BANDEIRA et al., 2010). Esses “novos arranjos familiares” dizem especialmente respeito ao aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, cuja proporção passou de 25,9% em 1992 para 34,9% em 2008, e das famílias chefiadas por mulheres que têm cônjuge, que passou de 2,4% para 9,1% durante o período (somando um total de 44% de famílias chefiadas por mulheres) – assim como dos “arranjos unipessoais”, que passou de 8,4% para 11,6% entre 1998 e 2008. Ao longo dessas mudanças, a proporção das famílias biparentais e com uma repartição tradicional dos papéis de gênero caiu de 63% das famílias em 1992 para 50,5% em 2008 (apud BANDEIRA et al., 2010; KÜCHEMANN, 2010). Nos meios populares, configurações familiares diversas, como matrilineares, por exemplo, sempre existiram, mas ganharam uma nova legitimidade (SANTOS, 2011). Conforme a nossa

para 2025 é a de que tenhamos 34 milhões, perfazendo um total de 15% da população brasileira (KÜCHEMANN, 2010, p. 1).

hipótese, essas transformações são, em parte, o resultado de um conjunto de políticas públicas (de assistência, de saúde, de proteção previdenciária, de educação, etc.) e das maneiras como as mulheres se apropriaram dessas políticas, tanto como “público-alvo” destas últimas como uma de suas principais protagonistas (BRADSHAW, 2008; GEORGES, 2010; MOLYNEUX, 2007; SANTOS, 2012).

Essa pequena incursão nas transformações do mundo do trabalho dos homens e das mulheres, não só nos assim chamados países “centrais”, do “Norte”, mas também no “Sul” – em particular na América latina e no Brasil –, revela que, por um lado, houve uma re-conceituação do trabalho no mundo globalizado, que embaralhou as fronteiras e dualidades anteriores entre as esferas do trabalho e da vida privada, assim como entre as diferentes formas de trabalho – característica reservada anteriormente aos mercados de trabalho nos países “do Sul”, assim como para certas categorias de trabalhadoras, como as mulheres –; e, pelo outro, que houve uma nova (velha) reafirmação da hierarquia entre as funções de “trabalho produtivo” e da função do “cuidado” num mundo onde a generalização da precariedade das situações do trabalho - e a redução do privilégio do acesso à condições de trabalho “dignas” para uma minoria cada vez menor (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009[1999]) – leva ao aumento de um número de pessoas em situações de dependência. Desde então, pode-se considerar que a “função do cuidado” se configura como nova “questão social”. Nesse contexto, em que medida a mobilização do conceito analítico do “cuidado” esclarece essa nova (velha) divisão social, sexual e racial do trabalho; e em que medida esta categoria emergente se diferencia das categorias analíticas anteriores, em particular no que tange à análise do trabalho feminino?

A Sociologia do trabalho (francesa) revisitada a partir da noção do “cuidado”

Da mesma forma que o interesse pelo trabalho das mulheres, bem como pelo trabalho doméstico, a noção do “*care*” (cuidado) surgiu primeiro no contexto norte-americano e posteriormente na França, assim como

na América latina e, em particular, no Brasil. Neste país, no campo dos estudos do “cuidado”, a influência francesa e da Psicopatologia e da Sociologia do trabalho e das profissões, em específico, é central, mesmo se as contribuições norte-americanas e Canadenses, com a Sociologia das emoções, são referências incontornáveis (HOCHSCHILD, 1979; SOARES, 2012). Mas como já fora colocado por Helena Hirata no seu “estado da arte” sobre o trabalho do cuidado na França (HIRATA, 2011), o mundo da academia é igualmente cada vez mais globalizado e, desde então, a circulação das ideias e do(a)s autore(a)s dificulta a tarefa de um balanço nacional. Neste sentido, dificilmente pode se falar das teorias do cuidado sem mencionar os trabalhos de Gilligan (1982), Tronto (1993) e Ehrenreich e Hochschild (2003), ou discutir a questão do gênero – ou do “*gendered labour*” – sem mencionar Scott (1986), Butler (1990) e Crenshaw (1991) (HIRATA, 2011, p. 37). Todavia, como também colocado por Hirata, há algumas contribuições nacionais originais específicas. Além do mais, pode haver variação na circulação de ideias que “pegam” mais ou menos conforme os seus contextos de recepção (ou são recebidas de forma diferente), assim como observa-se uma certa pertinência de conceitos em determinados contextos históricos e espaciais, que varia conforme estes contextos “de emergência”, e que lhes “dão liga”⁸. No que tange ao primeiro requisito, Hirata (2011) menciona, em particular, as pesquisas francesas sobre a questão da precariedade e da precarização do trabalho (CASTEL, 1995; PAUGAM, 2000; APPAY & THEBAUD-MONY, 1997; APPAY, 2005). A respeito do segundo ponto, tem que se considerar que, no contexto societal norte-americano, a assim chamada “crise do cuidado” (GLENN, 2010, *op.cit.*) apresenta-se muito mais cedo do que na América Latina e – de forma mais ampla – abarcando todas as classes sociais. Também a questão da mercantilização dos serviços domésticos, ou do “*outsourcing*”

⁸ Sem entrar aqui numa discussão heurística ou epistemológica – que não é o objetivo desse artigo - sobre a origem dos conceitos, assim como sobre as relações entre as transformações dos contextos sociais e as categorias analíticas (e vice-versa), mesmo que se observe uma globalização do contexto de emergência dos conceitos analíticos da realidade social, necessita-se do uso de um dispositivo de análise multi-escalar conforme os períodos e os contextos, notadamente por conta da segregação e assimetria interna do campo acadêmico.

de cada vez mais novas dimensões do que anteriormente era tido como da esfera privada ou íntima, é específica do contexto norte-americano – e onde é muito mais extensa (HOCHSCHILD, 2012). Essa eclosão mais precoce da crise é inscrita na própria história do capitalismo e das relações de classe, ou seja, na evolução da divisão social e sexual do trabalho, oriunda do trabalho escravo na Europa, com o início da industrialização e a separação entre lugar de produção e de reprodução (a família) (Romero, 2003). No mesmo registro, o questionamento sobre a interseccionalidade (CRENSHAW, 1991), inclusive no contexto do trabalho do cuidado, surgiu primeiro no contexto norte-americano porque, politicamente, a discriminação de grupos de mulheres, e de grupos de mulheres negras, era muito diferente, em que a reivindicação dessa diferença fez sentido.

No que tange à recepção da categoria do “cuidado” na França, como colocado por Hirata, essa se deu através de pesquisadores da área da filosofia (moral) e da psicopatologia, e até a recepção das teses de Gilligan só se deu depois que fora publicado o primeiro livro sobre a problemática do cuidado na França em 2005⁹ (PAPERMAN & LAUGIER, 2005). É neste âmbito disciplinar que a discussão sobre a questão do “cuidado” encontrou respaldo na França, no contexto de uma discussão societal e política mais ampla sobre a questão da vulnerabilidade, e sobre como lidar com a questão da dependência (MOLINIER, 2013). Nessa perspectiva, a vulnerabilidade (social) é entendida como uma situação (psicológica) pela qual um conjunto das pessoas pode passar em algum momento de sua vida e, portanto, não se trataria de uma relação social de classe, exclusivamente, por exemplo (GEORGES & SANTOS, 2014).

De forma mais geral, o interesse pelo trabalho das mulheres nasce na França no campo da Sociologia do trabalho, em particular a partir dos anos 1960, com o trabalho precursor sobre a condição das mulheres na indústria (GUILBERT, 1966, entre outros). Estes estudos primeiro introduziram a diferença entre as relações com o trabalho e com o emprego – quando se trata do trabalho de mulheres –, e deram lugar, na França, ao

⁹ A segunda edição da tradução do livro de Gilligan (1982) saiu em 2008, e deu lugar à recepção da autora na França no ano seguinte; enquanto a primeira tradução, em 1986, não encontrou nenhum eco.

nascimento da Sociologia do emprego, área da Sociologia do trabalho que lida, de uma maneira geral, com todos os elementos que se relacionam às condições de trabalho (de horários, de modo de promoção, de classificação, etc.) – diferentemente do conteúdo de trabalho (a atividade concreta)¹⁰. O questionamento sobre as relações entre as esferas doméstica e profissional é uma problemática antiga dos estudos da divisão social e sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007), outra originalidade da Sociologia do trabalho francesa. Essa questão das relações entre as esferas do trabalho e da esfera do “fora do trabalho” (*hors-travail*) nasceu a partir do reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho (CHABAUD, 1984), central nas discussões entre feministas francesas dos anos 1980 sobre as formas de articulação entre o trabalho de “produção” e de “reprodução” (CAHIERS DE L’APRE, 1/1985). Nesse contexto, uma das dimensões centrais era a do reconhecimento das qualificações adquiridas na esfera doméstica, mas não necessariamente reconhecidas no âmbito do trabalho formal, como, por exemplo, o trabalho das trabalhadoras da indústria eletrônica que se usavam da minúcia adquirida no âmbito doméstico para realizar suas tarefas assalariadas (KERGOAT, 1978).

Se, de uma maneira geral, a mobilização da categoria do “cuidado”, para a Sociologia do trabalho, funciona como um prisma catalisador, revelador de um conjunto de formas de hierarquização e de valorização (ou de desvalorização) do trabalho – relativos tanto à origem racial/étnica e social dos(as) trabalhadore(a)s quanto às tarefas realizadas –, ela se adequa, também, à análise de um contexto “globalizado” do trabalho precário e a um questionamento em termos de repartição de “funções sociais”, muito mais do que em termos de categorias de trabalhadores ou em termos de uma Sociologia das profissões do “cuidado”, como na França (ARBORIO, 2002; AVRIL, CARTIER, SERRE, 2010; DAMAMME, 2016; RIBAUT, 2012; entre outros). É nesse sentido que, na América latina, e no Brasil em particular, a categoria do “cuidado”, muito mais ampla do que a noção do “trabalho doméstico” – ou ainda, “de reprodução” –, faz eco a uma preocupação mais política de repartição das funções sociais e à questão da dependência. Por outro lado, também permite uma análise

¹⁰ Cf. Maruani, 1989.

crítica do uso da categoria no âmbito das políticas sociais – tanto dentro da esfera doméstica como no espaço público. Estas políticas instrumentalizam a “disposição feminina” das mulheres para a função do cuidado (SORJ, 2016; FERNANDEZ, 2016), como agentes implementadoras de programas e políticas sociais, com salários baixos e condições de trabalho precários, no fim das linhas de terceirização dos serviços públicos e programas sociais - modelo vigente em São Paulo - no que tange à esfera profissional; e na esfera privada, elas são encarregadas de fazer a interface com os trabalhadore(a)s sociais, para respeitar as “condicionalidades” do repasse de formas de transferência de renda, como o *Bolsa família*, no que concerne aos cuidados com os filhos (GEORGES & SANTOS, 2016). É interessante observar o papel do Estado e da ação pública nesse âmbito, no sentido de ativamente reafirmar, ou coagir as mulheres, para reconhecer e reassumir essa função do cuidado tanto através da organização das cadeias do trabalho do cuidado no âmbito das “novas” políticas sociais, como trabalhadoras de fim de linha, como explicitado acima (GEORGES & SANTOS, 2016). Um outro exemplo da ação do Estado e a forma como designa as mulheres ao seu papel do cuidado, tanto no seu próprio domicílio, como no de outros, é a assim chamada “PEC das domésticas”¹¹, adotado em 2013 e promulgado em 2015, no contexto da campanha da OIT para a promoção do trabalho decente, de 2011 (GEORGES & TIZZIANI, 2016).

Se, nos contextos norte-americanos e europeus, a perspectiva do “cuidado” revela aspectos importantes da globalização por “cima” e da globalização por “baixo”, das migrações internacionais, das formas de segregação, da hierarquização e da discriminação de todos os tipos, na América latina – e, em particular, no Brasil –, esta perspectiva aponta para um outro conjunto de dinâmicas: atenta-se, por um lado, para a continuidade das relações de raça e de classe, da escravidão à domesticidade – apesar ou por causa da tendência à formalização antiga do trabalho doméstico desde os anos 1960 (VIDAL, 2007; GEORGES, 2009) – e, pelo outro, à permanência das relações de dominação patriarcal (SAFFIOTI, 2005). Nesse quadro,

¹¹ Emenda Constitucional n° 72 de 02/04/2013, validando a Proposta de Emenda Constitucional-PEC 66/2012; e adoção da lei complementar n° 150/2015, promulgada em 01/10/2015.

no caso do Brasil, para resumir, o exercício das funções do cuidado pelas mulheres está, em parte, atrelado às migrações internas de mulheres pobres (GIRARD, 1994), em particular das regiões do Nordeste para o Sudeste, ou seja, à funcionalidade das desigualdades regionais, como já disse Francisco de Oliveira (1ª ed. 1972, 2003). No período mais recente, esta permanência da dominação social de sexo passa, também, não só pela ação ou o “protagonismo” das próprias mulheres, mas pela ação do Estado, tanto pelo viés da formalização dessas funções do cuidado das mulheres no âmbito privado (trabalho doméstico) como público (trabalho social) (GEORGES, 2014). Observa-se no Brasil uma ruptura quanto às tendências da globalização e continuidade das relações de classe, de raça e de sexo.

Conclusão

Tentamos mostrar em que medida a resiliência do “quase-conceito”, ou da categoria emergente do “cuidado” (*care*), indica a sua pertinência, apesar de suas diferentes interpretações, no contexto do mundo do trabalho globalizado. Na medida em que o próprio conceito do trabalho passou por reconfigurações importantes, que aproximaram os estudiosos do trabalho entre os países ditos “do Norte” e “do Sul”, a substituição do estudo do “trabalho doméstico”, ou das formas de articulação entre o trabalho “de produção” e de “reprodução”, pela análise do “trabalho do cuidado”, ou – de um modo geral – pela “função do cuidado”, corresponde a uma dinâmica inter-relacionada. A mobilização do conceito do “cuidado” permite, por um lado, revelar algumas das novas formas de hierarquização do trabalho globalizado; pelo outro, re-politizar o debate sobre a questão social da dependência e do cuidado, de uma forma muito mais abrangente, política, globalizada e interseccional.

Ao mesmo tempo, se essa releitura do “quase-conceito” do cuidado numa perspectiva interseccional, no cruzamento da Sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, permitiu mostrar o seu potencial heurístico, as dinâmicas reveladas variam conforme o contexto: no Brasil e na América latina (como mostrado no texto de apresentação deste

mesmo volume), a mobilização da categoria analítica do “cuidado” permite chamar a atenção para um certo número de continuidades sociais, de classe, de sexo e de raça, enquanto que, em contextos mais globalizados como na França, na Europa e também nos Estados Unidos, esta perspectiva revela tendências e processos sociais mais recentes (ou reformulados) – no âmbito da “crise do cuidado” – de intensificação das formas de migração, de circulação e de reestruturação do conjunto das atividades profissionais e das suas formas de hierarquização.

Bibliografia

AVRIL, C.; CARTIER, M.; SERRE, D. *Enquêter sur le travail: Concepts, méthodes, récits*. Paris: La Découverte, 2010.

APPAY, B. *La dictature du succès: Le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris: L'Harmattan, 2005.

APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. (orgs.). *La précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IRESO, 1997.

ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo: Annablume, 2012, pp. 135-172.

ARBORIO, A-M. *Un personnel invisible: Les aides-soignantes à l'hôpital*. Paris: Economica/Anthropos, 2002.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P., PINHEIRO, L. S. Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. *Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero*, nº especial “Autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho”, julho, pp. 107-119, 2010.

BESSIN, M. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do care. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. Perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 235-246.

BRADSHAW, S. From Structural Adjustment to Social Adjustment: A Gendered Analyses of Conditional Cash Transfer Program – mes in Mexico and Nicaragua *Global Social Policy*, v. 8, n. 2, pp. 188-207, 2008.

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, A.; MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs.), *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, pp. 15-33.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: MartinsFontes, 2009[1999].

BORGEAUD-GARCÍANDIA, N.; GEORGES, I. Regards croisés sur les modalités de l'action publique et de la mise au travail des femmes dans le secteur du *care* (Argentine – Brésil). In: KESSELMAN, D., GOMEZ, G. (orgs.), *Les femmes dans le monde du travail dans les Amériques*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2016. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pup/5271>>.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres: Routledge, 2005[1990].

CABANES, R.; GEORGES, I. Introduction: Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales ?. *Brésil(s), Sciences humaines et sociales*, n. 6, nov. 2014, pp. 7-15.

CAHIERS de l'APRE – Atelier Production-Reproduction, 1/1985.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTEL, R. Introdução. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CHABAUD, D. Problématiques de sexes dans les recherches sur le travail et la famille, *Sociologie du travail*, n. 3, 1984, pp. 346-359.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xamã, 1996 (trad. port.).

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, pp. 1.241-1.299, 1991.

DAMAMME, A. O cuidado em suas temporalidades e seus atores na França. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 193-202.

DEBERT, G. G. “Políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil”. In : ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 2016a, pp. 247-256.

DEBERT, G. G. Migrações e o Cuidado do idoso. *Cadernos Pagu*, n. 46, 2016b, pp. 129-149.

DÉJOURS, C. *Souffrance en France: La banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Éditions du Seuil, Points Poche, 2014.

DESTREMAU, B.; GEORGES, I. (orgs.) *Le care, nouvelle morale du capitalisme: Assistance et police des familles en Amérique latine*. Aix-en-Provence, Karthala et SciencesPo, 2017, no prelo.

DONZELOT, J. *L'invention du social: Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.

DRUCK, G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In : OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). *Marchas e Contramarchas da informalidade do trabalho*, UFBP, 2011, pp. 65-103.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (orgs.). *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: A Metropolitan/Owl Book, 2003.

FERNANDEZ, A. “Pesquisa com e nas « margens »: a rua no Rio de Janeiro”. Comunicação no seminário *Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território*, USP-IAU, São Carlos, 16, 17/11/2016.

GAVIRIA, L. G. A.; MOLINIER, P. (Orgs.). *El trabajo y la ética del cuidado*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/La Carreta Social, 2011.

GEORGES, I. L’emploi domestique : constructions institutionnelles et identitaires (Brésil, São Paulo). Comunicação no *IIIème Congrès de l’AFS*, Université de Paris-Diderot, Site des Grands Moulins, avril 2009, pp. 14-17.

GEORGES, I. Agentes de mobilização ou de pacificação social? O caso dos agentes comunitários de saúde (ACS) da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Comunicação oral no *34º Encontro Anual da Anpocs*, ST 31, Caxambu, Hotel Glória, 2010.

GEORGES, I. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (orgs.), *Saídas de emergência: Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, pp. 95-113.

GEORGES, I. ¿Hacia una nueva división social y sexual del trabajo en Brasil? Transformaciones del papel del Estado, de las configuraciones familiares y de los empleos de servicio a las personas. Universidad Autónoma de Nuevo León, Facultad de Filosofía y Letras, UANL, *Revista Escritos Sociológicos*, Año 8, n° 12 et 13, Enero-Junio y Julio-Diciembre 2014, pp. 49-55.

GEORGES, I. O outro lado da formalização do trabalho do *care* no Brasil, *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, pp. 169-187, set./dez. 2015.

GEORGES, I. O conceito do “cuidado”: um “quase-conceito” entre nova moral do capitalismo e formas de apropriação múltiplas, Comunicação oral no *VIII Congresso da Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo-ALAST*, Buenos Aires, 3-5 de agosto de 2016.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. Care e políticas públicas: o caso das ‘agentes comunitárias de saúde’ e das ‘agentes de proteção social. In : HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 166-182.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. Olhares cruzados: Relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo social*. 2014, vol. 26, n. 1, pp. 47-60.

GEORGES, I. *As « novas » políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GEORGES, I.; TIZZIANI, A. Entre le travail et l’assistance. Diversité de sens de la «formalisation» du travail du care (Argentine, Brésil). In FRETTEL, A.; BORY, A.; CELERIER, S.; JANY-CATRICE, F. “Politiques sociales en mutation: quelles opportunités et quels risques pour l’État social ?”, Cahiers du CIRTES, Hors Série, #6, Louvain la Neuve : UCL-Presses Universitaires de Louvain, Juillet 2016, pp. 295-310.

GILLIGAN, C. *In a different voice*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1982.

GIRARD, C. F. N. “Trajectoires et strategies d’emploi. Les employées domestiques de Brasília”, in LAUTIER, Bruno (org.), *La mise en forme de la mobilité par l’emploi: les travailleurs du bâtiment et les employées domestiques en Amérique latine*. Paris, Ministère de la Recherche et de la Technologie-Greitd-Creppra, 1994, pp. 167-223.

GLENN, E. N. *Forced to care: Coercion and caregiving in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

GRÜN, R. “Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil”, RBCS, v. 20, n. 58, junho de 2005, pp. 67-90.

GUILBERT, M. *Les fonctions des femmes dans l’industrie*. Paris: La Haye, Mouton, 1966.

GUIMARÃES, N. A. “As novas configurações do trabalho formal. Algumas reflexões à luz do caso de São Paulo”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012, pp. 33-59.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005 (2ª ed.).

HARVEY, D. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez. 2007.

HOCHSCHILD, A. R. *The outsourced self: Intimate life in market times*. New York, Metropolitan Books, 2012.

HOCHSCHILD, A. R. *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1979.

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 17-26.

KERGOAT, D. Ouvriers=Ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critique de l'Économie politique*, Nouvelle série, n. 5, 1978, pp. 65-97.

KERN, H.; SCHUMANN, M. *La fin de la division du travail, la rationalisation dans la production industrielle*. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1989.

KÜCHEMANN, B. A. O cuidado dos idosos e das idosas: velhas tensões e novos desafios para conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Comunicação oral no *II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, Associativismo, profissões e políticas públicas*, UFG, Goiânia, 16-18 de setembro de 2010.

LALLEMENT, M. *L'âge du faire: Hacking, travail, anarchie*. Paris: Le Seuil, 2015.

LALLEMENT, M. *Le travail: Une sociologie contemporaine*. Paris: Gallimard, 2007.

LAUTIER, B. «Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine». In BORGEAUD-GARCÍANDIA, N.; PEÑAFIEL, R.; TIZZIANI, A. (orgs.). *Penser le politique en Amérique latine : la récréation des espaces et des formes du politique*. Paris, Karthala, pp. 19-36, 2009.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; CRUZ, G. F. Assimetrias de gênero no Mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 93-109.

LEONE, E. T. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Organização Internacional do Trabalho/Escritório do Brasil. *Documento de trabalho n° 3*. Série Trabalho Docente no Brasil. Brasília, OIT, 2010.

LEVY, S. *Hackers: heroes of the computer revolution*. Gardencity, Doubleday, 1984.

LIMA, J. C.; ARAÚJO, A. C. La sociología del trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. Comunicação oral no *Congreso PreAlast*, 31/08, 1 e 2 de set. de 2015, Bogotá.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, n. 37, pp. 163-181.

LINHART, D. *La modernisation des entreprises*. Paris: La Découverte, 1994.

LOMBARDI, M-R.; GONZALEZ, D. F. Engenharia e gênero: as mutações do último decênio no Brasil. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 171-180.

- LOMBARDI, M-R. Anotações sobre desigualdades de gênero no Mercado de trabalho. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo: Annablume, 2012, pp. 109-134.
- MACHADO DA SILVA, A. L. Da informalidade a empregabilidade. *Caderno CRH*, 37, pp. 81-109, 2002.
- MARUANI, M. Statut social et modes d'emplois. *Revue française de Sociologie*, n. 1, 1989, pp. 31-39.
- MOLINIER, P. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2013.
- MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris, Payot & Rivages, 2009.
- MOLYNEUX, M. *Change and continuity in Social Protection in Latin America, Mothers at the service of the state?*. Genebra: UNRISD, 2007.
- NUN, J. L. Superpopulación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, 1969.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, n. 2, outubro, 1972 (2003).
- PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. *Le souci des autres: Ethique et politique du care*. Paris: Ed. de l'EHESS, 2005.
- PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF, 2000.
- PÉREZ-SAINZ, J. P. Globalización e neoinformalidad en América latina. *Nueva Sociedad*, n. 135, Enero-febrero, 1995, pp. 36-41.
- PIORE, M.; SABEL, C. *Les chemins de la prospérité*. Paris: Hachette, 1989.
- QUIJANO, A. *Notas sobre el concepto de 'marginalidad social'*. Santiago, División de Assuntos Sociales. Cepal, mimeo, 1966.
- RIBAUT, T. Cuidadoras domiciliares: que tipo de profissionalização?. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs.), *Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do Trabalho do Care*. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 119-132.

- RIFKIN, J. *La fin du travail*. Paris: La Découverte, 1997 (trad.francesa).
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, vol. 43, 6, pp. 819-830, July 2009.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1^a.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 95-140.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- SANTOS, Y. G. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família mono parental de Cidade Tiradentes. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. *Saídas de emergênica: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 417-435.
- SANTOS, Y. G. A gestão sexuada do social: os novos programas sociais na saúde e na assistência e reprodução das relações sociais de gênero. *Relatório de pesquisa CEM/CEBRAP/FAPESP*, 2012.
- SANTOS, Y. G. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. *Cadernos CRH*, v. 27. n. 72, pp. 479-494, 2014.
- SCOTT, J. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, pp. 125-153, 1988[1986].
- SOARES, A. As emoções do care. In: HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 44-59.
- SORJ, B. Políticas Sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 46, pp. 107-128, 2016.
- TARRIUS, A. *La mondialisation par le bas: Les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, Voix et Regards, 2002.
- TARRIUS, A. Transmigrations européennes de travailleuses du sexe balkaniques et caucasiennes accompagnées de parentèles féminines. *Revue Tiers Monde*, n. 217, janvier-mars 2014, pp. 25-43.

O “cuidado” como “quase-conceito”...

TRONTO, J. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*.
New York: Routledge, 1993.

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio: Emploi domestique et société démocratique*.
Lille, Presse Universitaire du Septentrion, 2007.

TEXTOS DIDÁTICOS

DESAFIOS DO CUIDADO: GÊNERO,
VELHICE E DEFICIÊNCIA

GUIA GRIN DEBERT E MARIANA MARQUES PULHEZ
(ORGANIZADORAS)

Nº 66 | JUN 2017

IFCH | UNICAMP
